Regulamenta a Lei nº 1959, de 12 de abril de 1993.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A gratificação instituída pela Lei nº 1.959, de 12 de abril de 1993, incidirá:

- a) quanto ao pessoal ativo, sobre o vencimento básico, excluídas todas outras parcelas remuneratórias, a que título for;
- b) quanto aos aposentados, sobre a parcela dos proventos relativa ao vencimento básico, excluído todo e qualquer acréscimo.

Parágrafo único. O adicional de tempo de serviço incidirá também sobre o valor da gratificação, calculada na forma deste artigo.

Art. 2º A gratificação a que se refere este Decreto se aplicará automaticamente às seguintes categorias funcionais em efetivo exercício na Secretaria Municipal de Administração:

- a) as do Quadro do Magistério, previsto no art. 3º da Lei nº 1.881/92;
- b) as do Quadro do Pessoal de Apoio à Educação, previsto no art. 4º da Lei nº 1.881/92.

§ 1º A gratificação aplicar-se-á igualmente aos integrantes das seguintes categorias funcionais, em efetivo exercício na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação, em 31 de março de 1993;

- a) as de nível elementar de Copeiro, Lavadeiro, Roupeiro e Trabalhador;
- b) as de nível elementar especializado de Agente de Portaria, Agente de Vigilância, Ascensorista, Garçom e Zelador;
- c) as de nível médio de primeiro grau, de Agente Auxiliar de Administração, Artífice, Datilógrafo e Telefonista;
- d) as de nível médio de segundo grau especializado, de Agente de Administração, Desenhista e Visualizador Gráfico.

§2º O Secretário Municipal de Educação poderá também estender a gratificação a servidores integrantes de outras categorias de nível elementar, elementar especializado, médio de primeiro grau, médio de segundo grau e médio de segundo grau especializado, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, em efetivo exercício na Secretaria à data de 31 de março de 1993, que o requeiram mediante o formulário Anexo.

Art. 3º Considerar-se-á em efetivo exercício na Secretaria Municipal de Educação, para os efeitos deste Decreto:

- a) o servidor lotado em qualquer unidade da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação e em efetivo exercício em tal unidade;
- b) o servidor lotado em qualquer unidade da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação, afastado por uma das razões listadas nos incisos de I a XVI do art. 64, da Lei nº 94, de 14 de março de 1979, enquanto durar o afastamento.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1993 - 429º de Fundação da Cidade

CESAR MAIA

D.O.RIO 16.04.1993